



HAL
open science

A arrogância do político

Yves Déloye

► **To cite this version:**

Yves Déloye. A arrogância do político. Haroche Claudine; Lopes Myriam Bahia; Déloye Yves (org.). Ensaaios sobre a arrogância, NEHCIT/EA UFMG, pp.1-8, 2015, 978-85-67547-01-5. halshs-02543365

HAL Id: halshs-02543365

<https://shs.hal.science/halshs-02543365>

Submitted on 9 Sep 2022

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.



Distributed under a Creative Commons Attribution - NonCommercial - ShareAlike 4.0 International License

A ARROGÂNCIA DO POLÍTICO

Yves Déloye

Sciences Po Bordeaux, Centre Emile Durkheim

*Tout commencement s'approprie l'origine.
Il est, non pas le déjà là, mais le refus du déjà.
Le coup de dés du tricheur.*

(JABÈS, E. *Le livre du partage*. Paris: Gallimard, 1987. p. 66)

*[Todo começo se apropria da origem.
Ele é, não o que já está ali, mas a recusa do já.
O lance de dados do trapaceiro.]*

Ao ferir o outro, a arrogância tem um *poder performativo* determinante, no sentido em que o compreende Judith Butler,¹ que tão bem traduz o uso estabelecido na língua francesa – desde 1411 – que transforma “uma arrogância” em “fala arrogante”² que fere o seu destinatário, que a percebe, com razão, como uma agressão.³ Observemos, também, que nos primeiros tempos, o termo “arrogância” se empregava muito mais em relação ao comportamento de indivíduos que, por suas falas ou por seus comportamentos e gestos, mostravam-se “arrogantes” do que, por extensão, para dar conta de uma atitude coletiva ou institucional (a arrogância de uma entidade humana, de um país, de uma nação, de uma instituição). Foi somente no século XVIII, segundo as fontes aqui consultadas, que esse sentido coletivo – hoje muito difundido – se desenvolveu.

Próximo dessa forma linguística, dois outros termos merecem ser evocados: o adjetivo arrojado [*arrogement*] ou mais frequentemente [*arrogement*] e o verbo “arrogar-se” (do latim “*arrogare*”). Se o adjetivo caiu em desuso, seu antigo campo de aplicação lexical é particularmente revelador. Ainda hoje, atribuído à ação ou à fala de uma pessoa, o adjetivo assinala o extrapolamento da medida que convém às interações sociais normais. Isso quer dizer que também nesse caso o termo assinala, ao mesmo tempo, uma forma de provocação e a sua condenação, um comportamento considerado patológico e a sua reprovação. O emprego desse adjetivo assinala também o fato de se atribuir de maneira inconveniente uma honra ou os benefícios exclusivos de uma ação. Por outro lado, o verbo “arrogar-se” tem origens diferentes, visto que, de início, ele é sinônimo de “adotar” e significa o ato pelo qual uma criança abandonada muda de estatuto jurídico.⁴ Outro uso é, contudo, assinalado desde meados do século XV, quando o termo tomou o sentido que ainda é o seu atualmente: o verbo “arrogar-se” descreve o fato de “tirar vantagem de” ou, ainda, a ação material e física de “apropriar-se”, de “atribuir-se alguma coisa sem ter direito”.⁵ É interessante observar que na base de dados do *Trésor de la langue française*, esse verbo é sobretudo relacionado sintaticamente com as seguintes palavras aparentadas: “déspota”, “despótico”, “direito”, “usurpação” [*empiètement / empiètement*], “ênfaturação”,⁶ “preeminência” ou ainda “pretensão”.

Para completar esse panorama semântico, precisaremos, por fim, a proximidade do termo “arrogância”, proposta pelo mesmo *Trésor de la langue française*⁷ para o período contemporâneo.

De maneira muito sugestiva, o termo tem proximidade semântica com os seguintes termos (enunciados aqui por ordem de sinonímia): “intrepidez” [*cœur*] (82), “tolice” [*sottise*] (70), “segurança” [*assurance*] (60), “grosseria” [*grossièreté*] (56), “altivez” [*hauteur*] (56), “ vaidade” [*vanité*] (50), “liberdade” [*liberté*] (49), “ousadia” [*hardiesse*] (49), “coragem” [*courage*] (49), “devassidão” [*licence*] (49), “soberba” [*superbe*] (44), “superioridade” [*supériorité*] (42), “audácia” [*audace*] (41), “temeridade” [*témérité*] (40), “pretensão” [*prétension*] (32), “confiança” [*confiance*] (31), “importância” [*importance*] (31), “desenvoltura” [*désinvolture*] (30), “impertinência” [*impertinence*] (30), “orgulho” [*fierté*] (30), “inconveniência” [*inconvenance*] (28), “atrevimento” [*aplomb*] (27), “insolência” [*insolence*] (27), “ostentação” [*ostentation*] (27), “indecência”

[*indécence*] (26), “presunção” [*suffisance*] 26, “incorrecção” [*incorrection*] (25), “imprudência” [*imprudence*] (24), “desprezo” [*mépris*] (24), “desplante” [*culot*] (23), “impertinência” [*outréculance*] (23), “topete” [*toupet*] (22), “menosprezo” [*dédain*] (21), “valentia” [*crânerie*] (21), “impolidez” [*impolitesse*] (20), “desdém” [*morgue*] (20), “condescendência” [*condescendance*] (17), “amor-próprio” [*amour-propre*] (17), “atreuimento” [*effronterie*] (16), “irreverência” [*irrévérence*] (16), “enfatuacção” [*infatuation*] (16), “fatuidade” [*fatuité*] (15), “jactância” [*jactance*] (15), “cinismo” [*cynisme*] (12), “gloriola” [*gloriole*] (8).

Dois universos semânticos bastante distantes um do outro aparecem aqui: o primeiro (minoritário tanto pelo número de *termos* quanto pela intensidade dos laços entre eles) é mais positivo e traduz a “coragem” e o não conformismo daquele que tem “arrogância por outrem”; o segundo universo (muito mais rico no plano semântico) confirma a dimensão negativa da significação do termo que tende a convergir com seu emprego atualmente usual, esse de um “comportamento feito de desprezo e de insolência, frequentemente afetado”.⁸

Para dar prosseguimento a essa exploração indissociavelmente semântica e histórica, parece-nos útil distinguir – ao menos no tempo da análise – as duas dimensões que se sedimentaram progressivamente no emprego moderno do termo “arrogância” e das formas semânticas que lhes são associadas: uma dimensão *descritiva* (ou *material*) e uma dimensão *simbólica* (ou *performativa*). O interesse dessa tipologia é levar em consideração as configurações históricas, mas também psicológicas, que estão na origem das práticas, dos discursos, das representações ou das políticas da arrogância. Propomos ilustrar empiricamente nosso propósito a partir do exemplo da situação colonial, especialmente francesa, que nos parece suscetível de fazer interagir essas duas dimensões constitutivas, a nosso ver, de todas as políticas da arrogância.

A situação colonial como ilustração da arrogância descritiva ou material

Graças aos trabalhos de George M. Fredrickson (1934-2008)⁹ ou aqueles mais antigos de A. Memmi,¹⁰ sabe-se o quanto a experiência colonial – com frequência indissociavelmente racial – é particularmente propícia historicamente à emergência e à afirmação de atitudes não apenas violentas mas fundamentalmente “arrogantes”. Ainda que esse termo permita descrever e elucidar as atitudes, os gestos, as condutas psicológicas e sociais que participam das relações – certamente instáveis – de poder e de dominação que a “situação colonial”¹¹ instaura em benefício dos colonizadores, seu uso permanece, a nosso ver, muito frequentemente metafórico na literatura aferente a esse campo. Dar provas de arrogância em tal contexto significa afirmar e, mais ainda, reivindicar uma superioridade quase sempre racial (a famosa “supremacia branca”¹² que se cristalizou no discurso culto e político do século XVIII), que, pelo viés de comportamentos, condutas, tipificações, estereótipos e injúrias acaba por encorajar o sujeito a ser imbuído de si mesmo a fim de “arrogar-se” uma posição dominadora e nela se manter.

Trata-se aí de uma forma descritiva e exacerbada de arrogância, arrogância que será edificada enquanto verdadeira política de dominação e de exploração em “situação colonial”.

A releitura dos textos de Alberto Memmi, hoje, talvez, muito esquecidos, permite desenhar sumariamente essa figura histórica da arrogância colonial. É em *Portrait du colonisateur* (MEMMI, 1957) que convém procurar as razões tanto históricas como psicológicas dessa necessidade de afirmação de si que favorece a negação de outrem e até mesmo o desejo de aniquilá-lo. Após ter evocado as razões fundamentalmente econômicas da trajetória biográfica colonial (“ganha-se mais e gasta-se menos”) (MEMMI, 1957, p. 34), depois de ter varrido de uma vez por todas as falsas razões “civilizacionais” da colonização, o autor insiste sobre a maneira pela qual o colonizador constrói (em todos os sentidos do termo) sua “relação” com o colonizado; relação fundamentalmente

desigual, pois, “mais [o colonizador] respira à vontade, mais o colonizado sufoca” (*Ibid.*, p.38).

Figura particular da usurpação ilegítima, o colonizador deve aprender a viver e a administrar essa situação. É preciso sobretudo que ele se “acostume com os olhares” (*Ibid.*, p. 39) daqueles que só podem condená-lo porque, “estrangeiro, vindo de um país pelos acasos da história, ele conseguiu, não apenas criar um lugar para si mas tomar aquele do habitante, outorgar-se [o autor poderia ter escrito “arrogar-se”] privilégios surpreendentes em detrimento daqueles que têm direitos” (*Idem*). Portanto, é menos unicamente a desigualdade de posição que está aqui em causa do que o caráter ilegítimo dessa situação, ilegitimidade “não somente aos olhos do colonizado, *mas aos seus próprios olhos*” (*Idem*, grifo nosso).

É esse duplo olhar negativo (o do colonizador e aquele dos colonizados) que faz a singularidade da relação colonial e leva, a nosso ver, o colonizado a “ser arrogante” com o outro, um outro frequentemente racializado, para melhor diferenciá-lo de si e desconsiderá-lo, e sempre rebaixado, para melhor dominá-lo (economicamente, socialmente e politicamente). A afirmação exacerbada do si [mesmo] colonizador, sua necessidade absoluta de reconhecimento de sua superioridade vai às vezes de par com a recusa de si, e até mesmo com “o ódio de si”, no colonizado. Se o discurso colonialista¹³ permitiu alimentar e justificar essa necessidade de valorização e de afirmação de si mesmo nos colonizadores, ele não conseguiu, explica-nos Memmi, evitar que o colonizador se concebesse como um homem medíocre¹⁴ e desenvolvesse uma forma de “desprezo de si”¹⁵ que pode explicar a radicalidade da arrogância colonial e, com isso, o impasse histórico das situações coloniais. Sugerir-se-á também que a arrogância possa ser, assim, uma atitude de “compensação” (o termo é emprestado de A. Memmi) em relação a uma mediocridade que “impõe o tom geral da colônia” (*Ibid.*, p. 80). Ao aceitar “o fato colonial”, o “colonizador” tornado “colonialista” se fecha numa economia de relações de dominação que aspira todos aqueles que sonham em “construir [sua] vida na colônia” (*Ibid.*, p. 76).

Em um capítulo dedicado a essa inelutável transformação (do colonizado em colonialista),¹⁶ A. Memmi descreve muito bem o lugar da arrogância nessa mutação, que é tanto social quanto psicológica: “Quantos eu vi, vindos da cidade, tímidos e modestos, repentinamente providos de um título surpreendente [o de colonizador], veem sua obscuridade iluminada por um prestígio que os surpreende a si mesmos. Em seguida, sustentados pelo corpete do papel social, eles reerguem a cabeça e, tão logo, tomam uma confiança tão desmedida em si mesmos que se tornam estúpidos” (*Ibid.*, 77). Longe de já estar ali como um dado natural impondo-se aos atores, a arrogância colonial se constrói no próprio movimento da colonização que produz tanto as condições de sua dominação quanto a sua justificativa ideológica. Em passagens muito preciosas, o autor indica também que essa dominação supõe uma série de encenações [*mises en scène*] do prestígio e da grandeza colonial que visam “impressionar” os colonizados. Encontra-se aí o laço essencial entre a economia do gesto colonial, sua violência simbólica atestada pela arrogância colonial e sua necessidade permanente de mostra pública.

Por ser consciente de usurpar sua posição, o colonizador busca em vão justificá-la e torná-la legítima. É essa procura de uma impossível justificativa que está, no final da análise proposta por A. Memmi, no cerne do processo de produção da arrogância colonial. Para tentar justificar sua ação colonial, o colonizador, nos diz o autor, dá início a duas atitudes que não cessarão de aprofundar a distância para com os colonizados e acentuar sua arrogância em relação a eles: “demonstrar os méritos eminentes do usurpador, tão eminentes que eles pedem tal recompensa ou insistir sobre os deméritos do usurpado, que de tão profundos só podem suscitar tal desgraça”. Prosseguindo: “esses dois esforços são, de fato, inseparáveis. Sua inquietude, sua sede de justificativa exigem do usurpador que ele se erga às nuvens e que, ao mesmo tempo, rebaixe o usurpado mais baixo que a terra” (*Ibid.*, p. 82-83).

Passagem sugestiva para compreender “o complexo de Nero”, que não cessa de aprofundar o abismo entre as duas figuras que interagem em toda situação colonial; interação que condena um a humilhar o outro para melhor dominá-lo e assim arrogar-se seus recursos. A exemplo de Nero, o colonizador é aqui condenado à arrogância: “Portanto, mais o jogo do mecanismo vai se acentuar, constantemente determinado, agravado por seu próprio ritmo. A rigor, o usurpador tenderia a fazer desaparecer o usurpado, que somente por sua existência o afirma como usurpador, e cuja opressão, cada vez mais forte, o torna cada vez mais opressor. Nero, figura exemplar do usurpador, é assim levado a assediar raivosamente Britannicus, a persegui-lo. Contudo, mais ele lhe fará mal, mais ele coincidirá com esse papel atroz que escolheu para si. Mais ele afundará na injustiça, mais ele odiará Britannicus e buscará atingir ainda mais a sua vítima, que o transforma em carrasco” (*Idem*). Por sua própria dinâmica feita de fatalidade e de interação, a arrogância colonial é condenada a se reproduzir e a se perenizar, e isso tanto mais que economicamente o colonizador não pode destruir simbolicamente a fonte de seu enriquecimento.

É, portanto, no cerne da “conexão” entre colonizador e colonizado que convém, sociologicamente, buscar as razões da arrogância colonial. Longe de ser somente um traço de personalidade, um erro pessoal de apreciação, a arrogância colonial deve ser compreendida como o resultado histórico da interação colonial que faz “que a maioria das condutas do colonizador tivessem uma repercussão sobre a existência do colonizado e sobre suas condutas.” E vice-versa. Arrogância e humilhação ilustram a força do “duo colonizador-colonizado”.¹⁷

O antissemitismo colonial como ilustração da arrogância simbólica ou performativa

Se, como acabamos de indicar, “quase sempre o colonialista se entrega igualmente à desvalorização sistemática do colonizado” (*Ibid.*, p. 96), pode-se compreender o forte laço que existe entre o desenvolvimento da “arrogância colonial” e as formas ainda mais radicais de negação do outro e da propriedade de si: escravagismo, racismo e antissemitismo. Os trabalhos de G. M. Fredrickson, evocados anteriormente, mostraram muito bem a articulação histórica que convém estabelecer entre essas diferentes formas de arrogância que se alimentam mutuamente, ao menos depois do final do século XVII. Exacerbação das diferenças, afirmação de uma supremacia “racial” que justifica o aviltamento de outras “raças”, obsessão pela distância, sacralização da autoctonia e das origens: todos esses elementos estão no centro dos discursos, das representações e das práticas antissemitas e racistas, particularmente reforçadas pelo fato colonial. Nesse contexto específico, a dominação colonial¹⁸ favorece uma pluralidade de formas de recusa do outro que fazem das terras coloniais laboratórios particulares da xenofobia, do racismo e do antissemitismo: recusa do colonizado, recusa do mestiço,¹⁹ recusa do estrangeiro. O fundamento das atitudes e discursos do ódio que aí se revelam deve, em nossa opinião, ser procurado principalmente na busca de uma “distância” que a arrogância permite simbolizar e manifestar publicamente. Como escreve A. Memmi, “é preciso explicar essa distância que a colonização coloca entre ele [o colonizador] e o colonizado; ora, para se justificar, ele é levado a aumentar ainda mais essa distância e a opor irremediavelmente as duas figuras: a sua, tão gloriosa, aquela do colonizado, tão desprezível” (*Ibid.*, p. 84).

Por não poder desenvolver tudo nesse texto, vamos apoiar nossa demonstração conclusiva essencialmente em um caso estudado: esse do antissemitismo veemente que a Argélia vai conhecer na segunda metade do século XIX até a sua descolonização. Sabe-se que a situação dos judeus na Argélia será profundamente afetada pela decisão do Gouvernement de la Défense Nationale (decreto de Adolphe Crémieux, de 24 de outubro de 1870, chamado comumente “decreto Crémieux”, conforme o nome do Ministro da Justiça da época) de conceder cidadania aos 35.000 judeus da colônia e colocá-los, assim, em pé de igualdade jurídica com os colonos que ali se encontravam instalados desde 1830.

Como mostramos em outro texto,²⁰ essa emancipação jurídica vai ser acompanhada de uma virulenta reação antissemita por parte da sociedade colonial, que recusará obstinadamente reconhecer essa igualdade de fato, de tal modo que o governo de Vichy, do Marechal Pétain, revogará esse decreto em outubro de 1940. Ao contrário, longe de acabar, a diferença entre a população judaica argelina²¹ e os colonos não cessará de aumentar, a ponto de fazer surgir fortes violências antissemitas, tanto no momento do *Affaire Dreyfus*²² como mais tarde, no período entre guerras.²³ Juridicamente iguais, judeus e colonos não participarão do mesmo imaginário cívico: de maneira constante, o discurso antissemita dos colonos, às vezes revezados por aqueles dos outros europeus instalados na Argélia, não cessará de negar aos judeus argelinos emancipados seus direitos de participarem da mesma comunidade política imaginada.

Presos numa série de estereótipos de aparência contraditória – que denunciarão tanto a sua “covardia” como a sua “arrogância” –, os judeus argelinos são sistematicamente remetidos a duas formas de diferença incomensurável: “obsequiosos” e “hábeis” quando procuram atingir os seus objetivos, eles se tornam “arrogantes” e “imbuídos” de si mesmos quando são bem sucedidos social ou politicamente. O que resume bem esse retrato contrastado redigido por um autor antissemita em 1883. Num primeiro tempo, o autor os descreve assim: “Ele está passando... Vejam, a cabeça baixa, o olho baixo, tentando não se mostrar, arrastando o que resta de uma babucha. Ele suputa com os dedos alguma nova tentativa de lucro, e o ‘por cento’ se debate em sua boca”. Para melhor, num segundo tempo, revelar a seus leitores os verdadeiros traços de sua personalidade: “Saciados, fartados, bebendo o excedente de seus crimes. Chafurdados em almofadas macias, no fundo de uma caleça, eles debocham de suas vítimas, esparramando, sem pudor, os ricos despojos dos mártires... eles, os assassinos”.²⁴ De apagados por razões táticas, os judeus se revelam no final, publicamente, nessa mostração impudica que revela o poder que ele não cessa de acumular no imaginário colonial: “... eles nos tomaram tudo: comércio, terra, empregos, honras, banco, Imprensa e Poder!”.²⁵

Denunciar “a arrogância judaica” é certamente uma figura de estilo frequente, compartilhada tanto pela literatura geral como pelo discurso antissemita, mas ela toma uma força performativa particular na “situação colonial”. Como outras palavras, essas acusações injuriosas têm a capacidade de ferir aqueles que são o seu objeto e de rebaixá-los a um lugar do qual eles não deveriam jamais ter saído. Como indica J. Butler, é em sua “historicidade discursiva”²⁶ como em sua repetição antiga que convém procurar a autoridade de tais injúrias antissemitas. Em terras coloniais, essas injúrias visam legitimar a dominação colonial: por uma estranha reviravolta na situação, “a arrogância colonial” se encontra de certa forma atenuada pela capacidade do discurso antissemita de imputar a responsabilidade dessa dominação aos judeus recentemente emancipados. Nesse discurso e nesse imaginário coloniais, de dominadores os colonos se tornaram dominados; de arrogantes, tornaram-se mártires; ao passo que, pelo mesmo movimento, os judeus teriam transformado o estigma da humilhação numa forma de arrogância sem limites, numa sede²⁷ de reconhecimento que faz esquecer a vontade de destruição que anima o discurso colonial e racista. Essa transmutação oferece, assim, ao discurso colonial, a vantagem de restabelecer definitivamente uma distância essencial entre os colonizadores e aqueles que o decreto Crémieux havia impudentemente, por um tempo, tornado semelhantes no plano cívico. Ao final desse discurso de ódio, a distância foi reconstituída e os judeus foram encerrados num antigo estigma: esse de uma “arrogância” que justifica, de agora em diante, as perseguições que os aguardam. A denúncia simbólica e injuriosa da “arrogância judaica” permite ocultar em parte a arrogância material que está no cerne da política colonial. Essa denúncia oferece, assim, a vantagem de afastar (em todos os sentidos do termo) todos aqueles que ameaçam a reprodução da ordem colonial e de suas desigualdades tanto materiais como simbólicas.

Traduzido do francês por: Yolanda Vilela

Notas:

¹ BUTLER, 2004.

² REY, 1992, tome 1, p. 117, 2^{ème} colonne.

³ O que explica a frequente proximidade, no francês antigo, da palavra com o vocabulário da injúria. O que ilustra esta citação tomada de um texto de 1397: “Pierot *arrogait* le suppliant de paroles injurieuses” [Pierot *arrogava* o suplicante com palavras injuriosas] (ver anexo I).

⁴ No francês antigo, o termo “arrogation” designa “o ato solene pelo qual se adota como filho uma pessoa que não está mais sob o poder paterno” (GODEFROY, F. *Dictionnaire de l’ancienne langue française et de tous ses dialectes du IX^e au XV^e siècles*, Paris, 1881. Disponível em: <<http://micmap.org/dicfro/chercher/dictionnaire-godefroy/>>.

⁵ REY, A. 1992, tome 1, p. 117, 2^{ème} colonne.

⁶ Substantivo feminino, atualmente esquecido, que traduz “uma satisfação excessiva ou ainda uma admiração ridícula que uma pessoa sente pelo que ela acredita ser, pelo valor que ela atribui ao que faz” (*Trésor de la langue française*. Disponível em: <<http://atilf.atilf.fr/>>).

⁷ Disponível no site do Centre National de Ressources Textuelles et Lexicales. A lista dos termos apresentados aqui é oriunda da tela de proximidade (sinonímia) proposta pela aplicação informática do site do CNRTL (<<http://www.cnrtl.fr/>>). Os números entre parênteses indicam as ocorrências dos termos colocados em proximidade.

⁸ Pour reprendre ici la définition proposée par le *Trésor de la langue française* déjà cité. Para retomar aqui a definição proposta pelo *Trésor de la langue française* já citado.

⁹ FREDRICKSON, 1988. Ver também Fredrickson (2003).

¹⁰ MEMMI, 1973.

¹¹ Ver aqui o texto fundador de BALANDIER, G. “La situation coloniale: approche théorique”. In: *Cahiers internationaux de sociologie*, 11, 1951, p. 44-79.

¹² Ver aqui FREDRICKSON, 2003, cap. 2. Para o caso francês, nos reportaremos também ao estimulante livro de BANCEL; BLANCHARD; VERGÈS, 2003.

¹³ Ver RUSCIO, 2002.

¹⁴ MEMMI, 1973, p. 78 e seg.

¹⁵ Não podendo estar completamente enganado quanto ao discurso colonial, o colonizador deve aprender, segundo Memmi (citado aqui à p. 86), a “[...] viver permanentemente com sua própria censura. O panegírico de si mesmo e de seus próximos, a afirmação repetida, até mesmo convencida, da excelência de seus costumes, de suas instituições, de sua superioridade cultural e técnica, não apagam a condenação fundamental que todo colonialista traz no fundo de si mesmo”.

¹⁶ O autor observa, evidentemente, que trajetórias inversas se observam: “Frequentemente, são os muito jovens, os mais generosos, os mais abertos que, ao sair da adolescência, decidem de não construir suas vidas nas colônias” (*Ibid.*, p. 77).

¹⁷ MEMMI, A. “La sociologie des rapports entre colonisateurs et colonisés” [1957]. Disponível em: <<http://sociologies.revues.org/2922>>.

¹⁸ Dominação colonial que Georges Balandier definia como uma “dominação imposta por uma minoria estrangeira, ‘radicalmente’ e culturalmente diferente, em nome de uma superioridade racial (ou ética) e cultural dogmaticamente afirmada, a uma maioria autóctone materialmente inferior” (BALANDIER, 1985, p. 34).

¹⁹ Ver aqui os trabalhos de E. Saada assim como as reflexões mais antigas de Fanon (1952).

²⁰ Permitam-me de remeter aqui a uma pesquisa universitária antiga, que permaneceu inédita: DÉLOYE (1987). Ver também Laskier (1994).

²¹ E isso apesar dos esforços de assimilação da comunidade judaica argelina.

²² Cf. BIRNBAUM, 1994.

²³ Cf. COLE, 2010, p. 3-23.

²⁴ TERRAYL, 1883, respectivamente p. 9 et 13.

²⁵ ANÔNIMO. 1889, p. 15.

²⁶ BUTLER, 2004, p. 91 e seg.

²⁷ A figura de uma sede inextinguível, de uma cupidez sem fim faz surgir, no discurso antissemita colonial, formas de animalização muito reveladoras: particularmente degradantes, as imagens utilizadas comparam os judeus argelinos com “polvos com suas ventosas absorvendo o sangue” (ANÔNIMO. 1883, p. 9), com “répteis hediondos” (*Petit Africain*, 20 juillet 1897), com “pulgões ávidos”, com as “upas”, essa árvore exótica cuja substância é utilizada para envenenar as flechas (MEYNIÉ, G. *Les juifs en Algérie*. Paris: 1898, p. V et VI).

Referências:

ANONYME. *À la France ma mère, protestation de l'Algérie française accusée au Parlement*. Alger: [s. n.], 1889, p. 15.

BALANDIER, G. La situation coloniale: approche théorique. In: *Cahiers Internationaux de Sociologie* II.

BALANDIER, G. *Sociologie actuelle de l'Afrique noire*. Paris: PUF, 1985.

BANCEL, N.; BLANCHARD, P.; VERGÈS, F. *La République coloniale. Essai sur une utopie*. Paris: Albin Michel, 2003.

BIRNBAUM, P. (Dir.). *La France de l'affaire Dreyfus*. Paris: Gallimard, 1994.

BUTLER, J. *Le pouvoir des mots. Politique du performatif*. Paris: Éditions Amsterdam, 2004. (1ª ed. americana: 1997).

COLE, J. Antisemitismo et situation coloniale pendant l'entre-deux-guerres en Algérie: les émeutes antijuives de Constantine (août 1934). In: *Vingtième siècle*, 108, octobre-décembre 2010, p. 3-23.

DÉLOYE, Y. *Citoyenneté et sens civique dans l'Algérie coloniale. L'émancipation politique de la minorité juive au XIX^{ème} siècle* (Monografia de DEA em sociologia política. Université de Paris I, out. 1987, 222 f.).

FANON, F. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil, 1952.

FREDRICKSON, G. M. *The Arrogance of Race. Historical Perspectives on Slavery, Racism and Social Inequality*. Middletown: Wesleyan University Press, 1988.

FREDRICKSON, G. M. *Racisme, une histoire*. Paris: Liana Levi, 2003 (1ª ed. americana: 2002).

LASKIER, M. M. *North African Jewry in the Twentieth Century: Jews of Morocco, Tunisia and Algeria*. New York: New York University Press, 1994.

MEMMI, A. La sociologie des rapports entre colonisateurs et colonisés [1957]. Disponível em: <<http://sociologies.revues.org/2922>>.

MEMMI, A. *Portrait du colonisé, précédé du Portrait du colonisateur*. Paris: Payot, 1973. (1ª edição 1957).

REY, A. *Dictionnaire historique de la langue française*. Paris: Le Robert, 1992.

RUSCIO, A. *Le credo de l'homme blanc. Regards coloniaux français XIXe-XXe siècles*. Bruxelles: Éditions Complexe, Préface de A. Memmi, 2002.

TERRAYL, H. *Lambes algériens. Le juif*. Alger: Imprimerie de l'Association ouvrière P. Fontana et Cie, 1883, respectivamente p. 9 et 13.